

**Jacqueline de Souza Alves da Silva**

---

**De:** Presidência  
**Enviado em:** terça-feira, 9 de maio de 2023 17:17  
**Para:** Jacqueline de Souza Alves da Silva  
**Assunto:** ENC: PLV 9\_2023 (MP 1147\_2022)\_Carta Confederações Patronais  
**Anexos:** Carta Conjunto Confederações\_PLV 9\_2022 (MP 1147\_2022)\_Rodrigo Pacheco.pdf

---

**De:** CNC DF [mailto:cncdf@cnc.org.br]

**Enviada em:** terça-feira, 9 de maio de 2023 17:01

**Para:** SGM - Secretaria Geral da Mesa <portalleg@senado.leg.br>; Presidência <presidente@senado.leg.br>; Gabinete Presidência Senado Federal <presidencia@senado.leg.br>

**Assunto:** PLV 9\_2023 (MP 1147\_2022)\_Carta Confederações Patronais

Senhor Presidente,

Com os cumprimentos, encaminhamos a Vossa Excelência Ofício subscrito pelas Confederações Patronais, representantes dos mais diversos setores, reforçando a importância de que não prospere no Parlamento a inserção dos artigos 11 e 12 do PLV 9/2023, fruto da MPV 1147/2022, no intuito de não prejudicar o trabalho desenvolvido pelo Sesc e pelo Senac há mais de sete décadas.

Permanecemos à disposição e agradecemos a sensibilidade de V.Exa. para relevância do tema.

Atenciosamente,



**José Roberto Tadros**  
**Presidente**  
**Confederação Nacional do Comércio de Bens,**  
**Serviços e Turismo**

TEL + 55 61 3329 9500

[cncdf@cnc.org.br](mailto:cncdf@cnc.org.br)

[www.portaldocomercio.org.br](http://www.portaldocomercio.org.br)



Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, e não pode ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe, respondendo imediatamente a este e-mail, e em seguida apague-a.



Brasília,

CNC.05.MAIO.2023

001217

Excelentíssimo Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do  
Senado Federal  
BRASÍLIA - DF

Senhor Presidente,

Com referência à Medida Provisória 1147/2022, que altera o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e reduz as alíquotas da Contribuição PIS/Pasep e da Cofins, incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros, informamos que foram inseridos os artigos 11 e 12 no relatório aprovado na Câmara dos Deputados (PLV 9/2023) em 25/04/2023, que referem-se ao redirecionamento do valor equivalente a 5% (cinco por cento) das importâncias arrecadadas para o Serviço Social do Comércio (Sesc) e para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) à Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

É imperioso ressaltar que a inserção dos mencionados artigos no texto atual da proposição prejudicará milhões de atendimentos oferecidos à população nas áreas de saúde, educação, assistência, cultura, lazer e profissionalização. Ou seja, as consequências serão sofridas pelos trabalhadores dos diversos segmentos econômicos e pessoas que mais necessitam ter garantido o acesso aos serviços básicos e fundamentais, previstos na Constituição da República.

Além de desfigurar o sistema constitucional de afetação dos recursos das contribuições a finalidades específicas, e ir contra à lógica orçamentária constitucionalmente prevista, o desvio dos recursos destinados ao Sistema "S" vai também em direção oposta à garantia dos direitos fundamentais à assistência social, à saúde, à educação, à valorização do trabalho humano, todos promovidos pelos Serviços Sociais Autônomos, e todos considerados cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, inciso IV, CF).

A retirada de recursos do Sesc e Senac, além de padecer de inconstitucionalidade formal por tratar de matéria não afeta ao objeto central da MPV 1147/2022, ofende materialmente o texto constitucional, por estabelecer o redirecionamento de contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, conforme estabelece o artigo 240.

O art. 240 não apenas prestigia, mas garante a manutenção dos serviços sociais autônomos atingidos pela proposta, quer no tocante às suas finalidades, quer no que



concerne aos recursos compulsórios, os quais lhes permitem a realização de suas atribuições, recepcionando, pois, toda a legislação de regência que lhes é própria.

**Diante das argumentações expostas, as Confederações Patronais aqui subscritas, representantes dos mais diversos setores, rogam o apoio de V.Exa. para que não prospere no Parlamento a inserção dos artigos 11 e 12 do PLV 9/2023, fruto da MPV 1147/2022, além de outras iniciativas dessa natureza.**

Por fim, agradecemos a sensibilidade para a relevância da matéria e renovamos, acima de tudo, nossos laços de união e empenho em favor do Sistema S, e consequentemente, do Brasil.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO TADROS

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

JOÃO MARTINS DA SILVA JÚNIOR

Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária

ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Confederação Nacional da Indústria

VANDER COSTA

Confederação Nacional do Transporte

MÁRCIO LOPES DE FREITAS

Confederação Nacional das Cooperativas